
“As instituições filantrópicas que vêm cumprindo seu papel social não têm o que temer”

Entrevista do ministro da Educação, Tarso Genro, publicada na revista Educação em Revista de abril/maio de 2004.

Nesta edição, *Educação em Revista* buscou a palavra do Ministro Tarso Genro sobre diversos programas que estão em andamento no MEC. Gaúcho, nascido em São Borja, Tarso assumiu a pasta da Educação no início deste ano. Aos 57 anos, autor de várias obras nas áreas de Direito e Política, ele não tem medo de polêmicas e reconhece que o Programa Universidade para Todos – que prevê a criação de cotas raciais e sociais nas universidades – sofrerá muitas ações judiciais. Mas ele defende a necessidade de resgate do passado. “Nós temos que dar uma resposta histórica a uma dívida que o Estado brasileiro tem com as famílias afrodescendentes”, resume.

Bacharel em Direito, professor universitário, professor Honoris Causa, ex-deputado federal, ex-vereador e ex-prefeito de Porto Alegre, o atual Ministro da Educação falou ainda sobre a criação de vagas públicas em instituições de ensino privado e abordou a questão da filantropia. No seu entender, as instituições filantrópicas que vêm cumprindo seu papel social não têm o que temer. “As boas filantrópicas, que realmente prestam um serviço sério à comunidade, só vão trocar a forma de prestação de contas”, esclareceu Tarso Genro. Acompanhe a entrevista a seguir:

Educação em Revista – A primeira questão é sobre a criação de vagas públicas em instituições de ensino privado. Há quem diga que o Estado pode estar dando dinheiro para as universidades particulares, em vez de melhorar as públicas. Estão dizendo, inclusive, que o senhor está privilegiando as instituições privadas. O que responderia para esses críticos?

Tarso Genro - Estas pessoas desconhecem o conteúdo do projeto. Não se trata disso. Trata-se de as instituições chamadas filantrópicas transformarem aqueles 20% do faturamento que, por lei, elas têm que reverter em gratuidade – e muitas dessas instituições (isso é raro no Rio Grande do Sul, mas em outros lugares é comum) simulam as ações de serviço e simulam as prestações de contas para não perder a condição de filantrópicas, iludindo e dando a entender que estão aplicando 20% de seu faturamento em gratuidade. Esses 20% nós transformamos em vagas, portanto, nós passamos a adotar um método transparente de manutenção da condição de filantropia, a custo zero, e apenas determinamos que as instituições cumpram efetivamente seus objetivos, se criem novas vagas para estudantes de baixa renda, absolutamente gratuitas. Em relação às empresas em si, nós as liberamos do pagamento de alguns impostos, se elas

oferecerem 10% das suas vagas para alunos de baixa renda que terão vagas gratuitas. O custo dessas vagas fica em torno de 25% do valor que é pago pelo sistema do Fies hoje. Então, diferentemente do que estão falando esses críticos, nós estamos criando vagas gratuitas para os jovens de baixa renda e ao mesmo tempo reduzindo o repasse de dinheiro público para instituições privadas. Porque, paulatinamente, nessas empresas, este sistema vai substituir o Fies.

ER – Por parte das instituições privadas também existem algumas restrições à proposta. Por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul há muitas instituições chamadas comunitárias e filantrópicas que alegam que já têm isenções fiscais. O senhor pretende negociar alguma coisa com essas instituições?

Tarso – A isenção fiscal das filantrópicas não é uma coisa que tem a ver com esse processo. Isso existe desde a Constituição de 1988. As instituições filantrópicas não devem nada para a União. Elas, por sua própria natureza, não pagam impostos. No caso concreto, nós estamos fazendo com que essa obrigação que elas têm – as filantrópicas tradicionais – de aplicar 20% do faturamento em gratuidades se transforme em vagas. Portanto, nós não estamos criando nenhum direito a mais e nem tirando algum direito. Esse direito de não pagar é um direito da sua natureza e se origina na Constituição de 1988. As más filantrópicas é que vão perder, porque elas não vão poder apresentar contas simuladas. As boas filantrópicas, que realmente prestam um serviço sério à comunidade, só vão trocar a forma de prestação de contas, vão mostrar que dão 20% das vagas, e não terão problema nenhum.

ER – Afora este programa, há alguma outra parceria em vista com a iniciativa privada? O senhor acha que pode ser ampliado o entrosamento entre as duas esferas? De que forma?

Tarso – Nós temos várias formas de articulação com a iniciativa privada: ensino a distância, ensino profissional. Isso é perfeitamente natural. Agora, na educação básica, em especial na educação fundamental, é muito importante que tenhamos qualidade na rede pública. E que a busca do ensino privado seja uma opção do cidadão livre, num país democrático – ele vai buscar o ensino privado porque quer. A tragédia da sociedade brasileira não é a existência do ensino privado, é a existência do ensino privado e que pessoas tenham que recorrer a ele obrigatoriamente, porque a rede pública não é suficientemente grande. Então, o ensino privado, num país democrático, é uma opção, seja por vocação comunitária ou visão religiosa, tradição familiar e assim por diante. Mas a obrigação do Estado é ter um ensino público com amplo acesso e alta qualidade. Para que a pessoa que não quiser a escola pública busque a escola privada, também de qualidade.

ER – Pesquisas indicam que apenas 9% da população brasileira – entre 18 e 24 anos – frequenta a universidade. Com as atuais propostas, qual o índice que seu o governo pretende atingir?

Tarso – É um índice baixíssimo, se a gente comparar com o Canadá, onde fica em torno de 92%, com a Inglaterra, em que chega a quase 50%, com a Argentina, que apresenta quase três vezes o índice do Brasil – a gente vê que estamos muito aquém. Mas não podemos estabelecer metas, porque a Educação depende de variáveis macroeconômicas, de desenvolvimento, de o Estado ter condições de arrecadar mais e gastar mais em Educação. Mas seria ideal que em 10 anos nós pudéssemos, no mínimo, triplicar esse índice.

ER – E por falar em universidade, como está a questão da reforma universitária? O senhor fala da necessidade de financiamentos para aplicá-la, mas de onde viriam esses financiamentos?

Tarso – Nós estamos trabalhando na chamada “decantação” das propostas de reforma, para chegar em novembro com a proposta firmada. A nossa idéia é que o sistema de ensino público seja financiado por um fundo e seja constituído neste debate que estamos fazendo sobre a reforma. O conceito desse fundo, a origem dos recursos, o valor do fundo e, pelo seu vínculo com autonomia, ele tem que vir por dentro da reforma da universidade, que, em última análise, é o que nós estamos fazendo neste momento por meio de um grupo executivo interno e de um diálogo organizado com a sociedade civil, seja com setores que implantam a Educação, seja com aqueles setores que têm vontade de contribuir para este debate.

ER – E as cotas para negros? O senhor mesmo já prevê muitas ações judiciais. Tem gente, por exemplo, que defende as cotas apenas por um determinado período, porque senão, com o tempo, vira discriminação mesmo. O senhor acha que a sociedade irá assimilar essa proposta, com o tempo?

Tarso – É natural que haja ações contra as cotas. Há visões diferentes, mesmo dentro do campo democrático, tem gente que não acha justa esta política de cotas e tem gente que acha que é justa. Eu sou da corrente que acha que é justa a política de cotas, combinada com uma política de cotas sociais. A valorização, por exemplo, do ingresso a partir da rede pública. É preciso estabelecer alguns percentuais que desenvolvam uma política afirmativa das comunidades afrodescendentes, indígenas e assim por diante. No Brasil, nós precisamos saber integrar a questão social com a questão racial. Nós temos que dar uma resposta – é uma dívida que o Estado brasileiro tem, em função da escravidão – ao impedimento histórico que as famílias afrodescendentes sempre tiveram, até de ter possibilidade de

formar um capital familiar, por assim dizer, como as comunidades de outros imigrantes, de origem portuguesa, alemã, italiana, tiveram ao longo da nossa história. Isso se faz com políticas afirmativas, e a política de cotas é uma política afirmativa. Então, por que ter preconceito contra ela? O governo tem uma proposta, dentro do Universidade para Todos, que combina política de cotas sociais com cotas raciais, e estamos trabalhando, junto com a Ministra Matilde Ribeiro, uma política para as universidades públicas. Política de cotas, de uma expressão quantitativa maior para as comunidades afrodescendentes.

ER – Como deve ser a formação do aluno que está saindo hoje da universidade?

Tarso – O jovem sai hoje da universidade enfrentando a crise do desemprego, que assola grande parte da juventude e está vinculada à mudança dos padrões de desenvolvimento científico e tecnológico que as universidades não conseguiram acompanhar. Então, eu acho que o jovem hoje sai numa situação mais difícil que um jovem de 30 a 40 anos atrás, quando se tinha índices de crescimento e desenvolvimento bem mais compatíveis com as nossas necessidades do que hoje.